



CARTA À NAÇÃO SOBRE AS ELEIÇÕES 2022

“ENQUANTO HOVER RACISMO, NAO HAVERÁ DEMOCRACIA”

A população negra brasileira soma, hoje, 56% do total de brasileiras e brasileiros, segundo dados do IBGE para 2020. Sujeito político emergente dessa parcela majoritária do povo brasileiro e expressão do Movimento Negro, a Coalizão Negra Por Direitos chega a 2022 se recusando a se submeter ao atual governo, leniente e serviçal. Um governo que entrega tudo aos poderosos de sempre, ao mesmo tempo em que se faz carrasco dos setores historicamente expostos a uma série de vulnerabilidades.

Nesta nação, independente, desigual e injusta há 200 anos, o racismo, infelizmente, é elemento central da matriz organizativa do que somos, interditando o pleno exercício dos direitos de cidadania de populações negras, povos indígenas e outros grupos. Portanto, qualquer projeto de democracia só se sustenta com o compromisso de enfrentamento do racismo e do reconhecimento da centralidade desses indivíduos e grupos tantas vezes tratados como dispensáveis ou prejudiciais ao bom funcionamento da sociedade. Só a partir disso, poderemos construir e implementar as necessárias medidas para se efetivar as mudanças estruturais que a democracia exige.

Ao longo dos séculos, fomos ensinados a naturalizar as mortes de pessoas negras no Brasil. Apenas recentemente, graças ao desmonte do mito da democracia racial, temos conseguido fazer com que múltiplos setores acordem para algo que faz parte do cotidiano da população negra e periférica. Reafirmamos que a violência do Estado e a brutalidade policial sempre foram alvos das mais veementes críticas e manifestações do Movimento Negro Brasileiro.

Num momento como esse, é preciso explicitar, de fato, o tipo de mudança que se faz necessária para servir à maioria e para tirar o país do atoleiro em que se encontra. Sem encarar seriamente e com foco as desigualdades raciais que afetam a própria viabilidade da cidadania – fato reconhecido por reiterados estudos nacionais e internacionais – não haverá mudança real. É o que o Manifesto da Coalizão Negra Por Direitos afirma: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”.

TRAJETÓRIA - Em nossa Carta de Princípios, a Coalizão afirma o compromisso de lutar por um país justo, com igualdade de direitos e oportunidades. Estamos conscientes de que a concretização desse sonho exige um longo e profundo processo de reparação histórica à população negra brasileira. Também sabemos que nossa luta é contra a dominação patriarcal, a lesbofobia, a transfobia, a homofobia, a destruição do meio ambiente e todas as outras formas de promoção de iniquidades.

Tanto é assim que as políticas públicas que impulsionamos nas últimas décadas têm sido essenciais para a afirmação de direitos civis, políticos e sociais de vários outros setores de nossa sociedade. O caso mais emblemático, certamente, é a implementação da política de cotas para o ensino superior e cargos públicos.

Mesmo não tendo representação majoritária no Legislativo, no Executivo e no Judiciário, temos tido êxito em apontar caminhos para o estabelecimento de políticas de Estado que caminhem

para a superação das assimetrias e desigualdades raciais, bem como promovam a efetivação da justiça social redistributiva e da justiça racial restaurativa.

Queremos um governo que enfrente de modo intransigente o racismo, o feminicídio, a violência doméstica, o machismo, o sexismo, a exploração infantil, o capacitismo e a destruição ambiental.

O Estado deve cumprir seu papel de assegurar o direito à cultura como patrimônio, de promover a valorização de todas as manifestações culturais, em especial as afro-brasileiras. É preciso garantir a preservação e a proteção de comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais negras, dos rios, das florestas e dos terreiros. É necessário combater o racismo e o ódio religioso, enfrentar as violações do direito de culto e crença das religiões de matriz africana, promovendo o acolhimento de vítimas e a garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais em nossa diversidade.

CONJUNTURA - A pandemia da covid-19 escancarou a fragilidade da maioria negra e, por consequência, da sociedade brasileira como um todo. As determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter o vírus não tinham como ser, objetivamente, efetivadas: distanciamento social, cômodos arejados, higienização das mãos e permanência em casa. O home office não foi a alternativa de trabalho para a maior parte da população negra, trabalhadora informal em sua maioria.

Como era de se esperar: mais pessoas negras adoeceram, morreram e tiveram suas vidas fragilizadas ainda mais. O governo Bolsonaro, em sua atuação genocida, sabia quem estava matando. Boa parte de nosso povo, hoje, faz parte da multidão que sofre insegurança alimentar absoluta, cerca de 20 milhões de pessoas.

Para quem defende as ações do governo, a recessão econômica se deve ao desajuste entre as receitas e as despesas, o que gera um déficit fiscal. Mas a política de juros é o que, de fato, interessa ao mercado. Ao governo interessa cortar despesas, especialmente as sociais, o que significa deixar o povo – estabelecido constitucionalmente como titular do poder – alheio a bens e serviços públicos necessários, primeiro, à sobrevivência (como alimentação, abrigo e saúde) e, depois, à emancipação (como educação, cultura, lazer e trabalho).

No que diz respeito às receitas (outro lado do orçamento), o governo sustenta o falacioso discurso de que a carga tributária do Brasil já é muito pesada. Se questionarmos profundamente para quem, para quais grupos sociais a carga tributária do país é pesada, perceberemos um dado que é negligenciado desde a perspectiva governamental.

Diante da estrutura injusta do sistema tributário brasileiro, amplamente baseado em tributos sobre o consumo, é preciso admitir que as famílias e indivíduos que gastam seus salários no consumo de bens essenciais são os mais prejudicados. A carga tributária é pesada para a maioria esmagadoramente negra e pobre, que apenas pode consumir o que é, muitas vezes, insuficiente para a sobrevivência. Para os grandes grupos econômicos, que se recusam a pagar os baixos tributos que o fisco lhes impõe, o governo faz vistas grossas. Para as receitas tributárias que são sonegadas, não se preparam operações especiais, envolvendo o fisco e a Polícia Federal, capazes de estancar a sangria que isso representa para o Tesouro Nacional.

É evidente a fragilidade de estadistas nos governos estaduais e no nacional capazes de construir um Novo Pacto que dê conta de explorar nossa imensa capacidade ociosa, a fim de criar emprego e renda para tantos brasileiros que disso necessitam. A desconexão do grupo dirigente com um projeto de nação é patética e estereotípica.

Convém lembrar que a “crise sem precedentes” que o país vive, para a população negra, tem outros marcos temporais. Ela sempre esteve imersa num ambiente hostil de participação no mercado de trabalho, tendo como seu habitat as favelas e os bairros periféricos, as ruas e as cadeias, sempre sob a violência sistemática e implacável do aparelho policial.

É necessário e urgente um modelo de governo que transforme o Brasil de uma tragédia socioracial num país verdadeiramente inclusivo. Estamos num movimento de ruptura capaz de projetar um Novo Brasil para o século XXI, em que o “respeito à diversidade” deixe de ser apenas um discurso vazio para se transformar numa proposição efetiva. Nossos esforços devem nos levar à concretização da equidade racial e de gênero, em que a igualdade de oportunidades e a implementação de políticas específicas de reparação sejam efetivadas como estratégias para fortalecer a viabilidade de atendimento universal.

O DEVIR - A Coalizão Negra Por Direitos conclama a sociedade como um todo a lutar por um BRASIL JUSTO. Estamos trilhando caminhos que abastecem o Brasil de princípios e valores de cidadania efetiva.

Sob provocação da Coalizão Negra Por Direitos, sete partidos do campo progressista (PT, PSOL, PSB, PCdoB, Rede, PDT e PV) ingressaram com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ao STF, questionando o genocídio negro ao qual vivemos no Brasil, a ação urge a demanda de um plano nacional de enfrentamento à política de morte com a criação de políticas concretas que possam – finalmente – aplicar os direitos previstos na Constituição Federal à população negra brasileira.

Nossa luta pelo direito à vida nos impede de sermos agentes da construção de um país profundamente injusto, corrupto, excludente, ineficiente e um dos mais desiguais do mundo. Não aceitaremos comparecer para aplaudir decisões de cúpulas partidárias, onde não definimos os pontos estratégicos, os quais raramente consideram em sua justa dimensão o aspecto racial com os necessários recortes de gênero, classe e território.

UM BRASIL COM LIBERDADE, RESPEITO, JUSTIÇA E DIGNIDADE É POSSÍVEL!

